



Texto para Discussão S327 | 1995

Discussion Paper S327 | 1995

A cheia do “mainstream”: comentário sobre os rumos da Ciência Econômica

Março, 1995

Mario Possas

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

This paper can be downloaded without charge from
<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

65

TEXTO PARA DISCUSSÃO

S
UFRJ/IEI
18327
043133-8

A cheia do "mainstream"
Comentário sobre os rumos
da Ciência Econômica
Nº 327



Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia Industrial

A cheia do "mainstream"
Comentário sobre os rumos
da Ciência Econômica
Nº 327



43 - 016797

Mario Possas*

Março de 1995

* do IEI e FEA/UFRJ.

Instituto de Economia Industrial - IEI/UFRJ

| | |
|-------------------------|--|
| Diretor | José Ricardo Tauile |
| Coordenador de Ensino | Carlos Aguiar de Medeiros |
| Coordenador de Pesquisa | João Luis Maurity Saboia |
| Gerente Administrativa | Sebastiana de Sousa Barros |
| Supervisão | Gláucia Aguiar |
| Projeto Gráfico | Ana Cecília Bedran Gláucia Aguiar Jorge Amaro |
| Editoração Eletrônica | Ana Lucia Jorge Amaro |
| Impressão | Célio de Almeida Mentor Luiz Jorge de Araújo Góes Olávio da Silva Inacio |

Ficha Catalográfica

POSSAS, Mario Luiz

A cheia do "mainstream"; comentários sobre os rumos da Ciência Econômica. / Mario Possas. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995.

33 p.; 21cm. -- (Texto para Discussão. UFRJ/IEI; n.º. 327)

Bibliografia p. 32

1. Economia. 2. Economia - Estudo e Ensino. I. Título. II. Série.

IEI - UFRJ

BIBLIOTECA

Data: 21/07/95

N.º Registro: 043133-8

S
UFRJ/IEI
TD 327
M 97493

UFRJ / FEA - IEI
BIBLIOTECA

A cheia do "mainstream"; comentário sobre os rumos da Ciência Econômica

Seguindo a imagem fluvial, são dois os efeitos típicos de uma cheia: o aumento da correnteza e a inundaçã das margens. O "mainstream" da ciência econômica tem mostrado fortemente ambos os efeitos na última década e meia, aproximadamente.

De um lado, a corrente tornou-se mais caudalosa - arrastando uma proporção crescente e inusitada de economistas profissionais e acadêmicos; e mais rápida - abrindo sua agenda, fechando questões pendentes e uniformizando o discurso - cada vez mais formalizado - num ritmo sem precedentes, indicativo de grande vitalidade. De outro, vários temas relevantes considerados marginais ou intratáveis, e por isso relegados à heterodoxia (ou ao limbo), passaram a ser incorporados, ganhando o *status* de objetos cientificamente sérios. O que, além de possível sinal adicional de vitalidade, obriga os poucos economistas não-neoclássicos remanescentes (ou simplesmente não familiarizados com as últimas modas do *mainstream*) a reverem radicalmente suas referências, para não parecerem desatualizados em assuntos nos quais não são eles os neófitos; com o ônus de atrasar sua própria agenda - quando não são simplesmente "convertidos" no processo.

Só como exemplos: o economista industrial precisa estudar teoria dos jogos exaustivamente, mesmo sabendo que as estratégias empresariais do mundo real são em geral formuladas em condições bem mais complexas; o macroeconomista adepto de Keynes precisa voltar a explicar por que não faz sentido uma curva de oferta de trabalho e por que o desemprego não é uma "market failure" devida à rigidez dos salários nominais; e quando constrói um modelo de investimento ou de preços, precisa justificar-se por não assumir expectativas racionais - quais, então,

os seus "microfundamentos"? -, além de insistir pela "enésima" vez na diferença entre incerteza e risco e no pressuposto crucial - que deveria ser compulsório para uma ciência econômica digna desse *status*, que ela tanto almeja - de que o mundo econômico é não-ergódico e não-estacionário; o economista que trabalha com crescimento e dinâmica, justificar-se de não pressupor otimização e equilíbrio a longo prazo, ou ainda equilíbrio geral competitivo, como nos modelos "modernos" de crescimento com progresso técnico "endógeno" e rendimentos crescentes; quem não pressupõe equilíbrio permanente como norma tanto dos mercados como dos agentes racionais precisa de muita argumentação para não ser sumariamente desqualificado; e o pobre economista institucionalista precisa justificar-se exaustivamente, quando não se desculpar, por não fazer modelos (às vezes até faz) e ainda assim pretender o reconhecimento dos colegas mais "científicos".

O presente texto propõe uma breve, informal e não-exaustiva revisão crítica dessas tendências recentes do *mainstream* da ciência econômica, destacando a ampliação das fronteiras do seu objeto, com concomitante e paradoxal estreitamento dos critérios de cientificidade aceitos pelos seus praticantes; e os efeitos restritivos deste duplo movimento sobre a agenda de pesquisa acadêmica, as questões consideradas relevantes pelos economistas e o ensino de economia, especialmente em pós-graduação.

A ampliação das fronteiras da ciência econômica: novos temas e velhos temas reciclados

É inegável que o *mainstream* da ciência econômica alargou consideravelmente, nos últimos anos, o espectro de assuntos considerados intrinsecamente tratáveis pelo método neoclássico e respectivos instrumentos de análise, crescentemente intensivos em formalização matemática e econométrica. Antes que algum

leitor cético quanto ao qualificativo "neoclássico" - os economistas neoclássicos, inclusive os "enrustidos", sempre são - comece a se impacientar, gostaria de delimitar o mais precisamente possível a definição aqui adotada para o método tipicamente neoclássico, como aquele que assume, necessariamente, a **racionalidade substantiva** (na expressão de Simon) maximizadora, como norma de decisão dos agentes econômicos, e o **equilíbrio** como norma de atuação dos agentes ou, pelo menos, de operação dos mercados individualmente, em conjunto (equilíbrio geral) ou ainda no agregado (na tradição macroeconômica neoclássica).

Assim, em princípio, todo objeto de caráter mais ou menos "econômico" - a longa tradição que vai de L. Robbins à escola de Chicago mais recente tornou especialmente fluidos esses limites - que seja enquadrável nos dois pilares metodológicos acima é, em princípio, passível de tratamento "rigoroso" pelo *mainstream*. Levando essa simples constatação lógica - que obviamente nunca é feita de forma explícita - às muitas conseqüências possíveis, o *mainstream* vem se tornando mais caudaloso e invadindo as margens, às vezes envolvendo na enxurrada temas outrora marginais e economistas ex-heterodoxos. Sem que haja nesse processo qualquer conotação política ou ideológica, é bom que se diga, a julgar pelo número de jovens (ou nem tanto) economistas "de esquerda" que se orgulham do seu treinamento acadêmico "rigoroso" e "atualizado" e seu estilo analítico inteiramente convencional e neoclássico; "existe outro?", surpreendem-se eles.

Segue-se um apanhado necessariamente superficial e parcial desse movimento extensivo - que, em seu conjunto, apresenta muitas ambigüidades, convém frisar. Há tanto aspectos negativos (que certamente prevalecem), geralmente ligados a algum viés neoclássico prejudicial à amplitude do tema e/ou do método, quanto positivos, geralmente relacionados à busca de maior rigor formal e novos desafios analíticos que as referências

impostas pelo *mainstream* induzem; não se quer aqui cometer injustiças em nome do espírito crítico.

. *A nova microeconomia: organização industrial, estratégias e contratos*

A retomada de “microfundamentos” da macroeconomia, desencadeada pelo fundamentalismo “novo-clássico” de R. Lucas, T. Sargent e outros nos anos 70, teve um subproduto interessante na revisão teórica detalhada das relações entre racionalidade (“substantiva”, sempre) e decisões dos agentes, no bojo da qual ressurgiu do anterior estado letárgico a teoria dos jogos não-cooperativos e a preocupação com processos de decisão estratégicos, isto é, que envolvem tempo; e, com ele, contratos não *spot*; interação estratégica em horizontes de tempo não-imediatos; informação incompleta e imperfeições de mercado; problemas de coordenação e de *welfare*; reações oligopolísticas; e, finalmente, estruturas de mercado resultantes do jogo oligopolístico.

A combinação das inúmeras “imperfeições” - de decisão e de coordenação (mercado), envolvidas nessa retomada - com o aprofundamento da análise estratégica, submetida a maiores exigências de rigor formal, abre um espaço notável para maior realismo na teoria microeconômica, abrangendo agora as teorias das organizações (firmas) e da organização industrial. No entanto, o fato de ser um movimento essencialmente neoclássico cobra o seu preço: a extensão e a diversidade do objeto e dos enfoques são aceitas, desde que apoiadas naqueles dois “pilares” metodológicos incontornáveis - a maximização e o equilíbrio. Como? evitando que incerteza na acepção forte (irreduzível a risco, conforme Knight e Keynes) e complexidade (aduzida por Simon) sejam introduzidas com plenas conseqüências - a saber, a impossibilidade de reduzir racionalidade a comportamento maximizador, e de pressupor coordenação espontânea, menos ainda equilíbrio, como resultado necessário da interação

6 texto para discussão - iei/ufri

estratégica sob incerteza forte. No máximo, são admitidas marginalmente (apêndice, *post-scriptum*, etc.) e/ou atenuadas a um grau irreconhecível e inconseqüente.

Assim, tipicamente, a incerteza é enfraquecida pela identificação explícita e sistemática com informação incompleta. Na teoria microeconômica, isso permite incorporar funções-objetivo estocásticas de decisão dos agentes (utilidade, *payoff*, etc.), sem jamais questionar que elas possam ser maximizadas, que as próprias probabilidades envolvidas sejam calculáveis e que o resultado seja fatalmente algum equilíbrio. Nas aplicações econômicas de teoria dos jogos não-cooperativos - nesse caso, “com informação incompleta”, que é reconhecidamente o mais relevante - a operação de redução ao cálculo de otimização é feita por etapas: primeiro, supõe-se que a variedade estratégica dos agentes se limite a “tipos” de comportamento bem definidos e conhecidos mutuamente; a seguir, admite-se que os agentes aprendem sobre seus respectivos “tipos” de comportamento estratégico ao longo de uma interação repetida no tempo, e se atribuem a cada passo probabilidades contingentes a cada “tipo” estratégico. Conhecida a matriz de *payoffs*, o eventual “equilíbrio Bayesiano” que se obtém é uma extensão do conhecido equilíbrio de Nash, usado nos jogos com informação completa. Os dois “pilares” foram preservados.

Quanto ao equilíbrio, a interação estratégica proposta pela teoria dos jogos é uma ameaça evidente, mas nem assim gera efeitos relevantes. É verdade que problemas surgem e são reconhecidos pelos textos aplicados à Economia: a insuficiência e o caráter *expost* do conceito de equilíbrio de Nash; a necessidade, mas insuficiência, dos “refinamentos” desse conceito; a ocorrência de múltiplos equilíbrios; a inexistência de equilíbrio claramente definível, ou com significado empírico relevante, em casos importantes; a maior relevância econômica, e relativamente menor potência teórica das análises de equilíbrio nos jogos com informação incompleta; entre outros. Além de outras limitações não relacionadas diretamente ao equilíbrio,

texto para discussão - iei/ufri . 7

como a extrema e perigosa dependência da teoria: à fixação das regras do jogo e dos protocolos a serem seguidos durante o mesmo; à calculabilidade precisa das funções de *payoff*; e à ausência de mudanças significativas no ambiente estratégico.

Autores respeitados e intelectualmente críticos como Kreps (1990a. Cap. 6, p.ex.) podem dar-se à liberdade de listar essas e outras limitações da teoria dos jogos, apontando para horizontes teóricos efetivamente ameaçadores à tradição metodológica, como a noção de racionalidade “limitada” (Simon) e a importância da visão retrospectiva e do aprendizado nos processos reais de decisão, explorando várias possibilidades na região de fronteira neoclássica e além dela; mas a maior parte do *mainstream* prosseguiu em intermináveis refinamentos dos equilíbrios de Nash e Bayesiano, supondo que alguma função *payoff* calculável é maximizável, e que, com sorte, daí resulta algum equilíbrio determinável. Mesmo Kreps em seu ótimo livro texto, já clássico, de Microeconomia (1990b), nos reserva a um *post scriptum* de apenas 3 páginas as observações qualitativas mais originais e sugestivas sobre racionalidade limitada, contratos e instituições, formação de estratégias sob influência do ambiente e expectativas, decisões dinâmicas, etc. E promete retirá-lo nas próximas edições. Afinal, um livro texto deve ajudar a transmitir e consolidar a doutrina ...

. A “nova macroeconomia”: novos keynesianos x novos clássicos e velhas questões

A ofensiva “novo-clássica” anti-keynesiana dos anos 70 não conseguiu exterminar a Macroeconomia keynesiana, seja na sua agenda, seja em algumas de suas premissas básicas (fracasso da economia de mercado em se auto-regular, peso de fatores institucionais, importância dos componentes autônomos de demanda nominal em produzir efeitos reais); mas deslocou-a, mais do que nunca, para o âmbito teórico e metodológico neoclássico, gerando com os “novos-keynesianos” dos anos 80 o

8 texto para discussão - iei/ufrrj

seu contrário especular, sua inversão ao nível propositivo e empírico, mas não ao nível do método e dos pressupostos teóricos. Hoje, a macroeconomia keynesiana sobrevive, de forma praticamente exclusiva, no formato teórico “novo-keynesiano” - que é, no essencial, tão velho quanto as sínteses neoclássicas dos anos 40 e 50, e nas tecnicidades econométricas e no jargão tão novo quanto a sua imagem especular “novo-clássica”.

Até o pudor intelectual razoável de remeter algumas hipóteses teóricas e empíricas ao próprio Keynes para justificar o uso do seu nome, como os principais autores da síntese faziam comumente, foi abandonado. A característica essencial da economia keynesiana passa a ser vista, sem rodeios, como a ausência de *market clearing* contínuo, isto é, a incapacidade de os preços se ajustarem suficientemente rápido para eliminar os excessos da demanda nominal, gerando assim efeitos sobre o nível real do produto e o emprego (ver a respeito a excelente síntese de Gordon, 1990). Outra forma de dizer o mesmo, assumida por Lucas e novos-clássicos, mas também por muitos novos-keynesianos, é tratar a economia keynesiana, por definição, como uma economia do desequilíbrio. Todos os novos-keynesianos, no entanto, concordariam em considerá-la como uma teoria econômica que assume preços (e salários) rígidos, ou melhor, de ajuste gradual frente a mudanças no produto agregado nominal, tornando o produto real e o emprego, contrariamente ao enfoque novo-clássico, as variáveis de ajuste (e não de decisão dos agentes, em equilíbrio).

É notório que esse acordo temático de novos-keynesianos e novos-clássicos concentra-se quase exclusivamente no confronto entre oferta e demanda agregadas e, mais ainda, especificamente na análise da oferta agregada, promovendo verdadeira inversão da agenda keynesiana, incomparavelmente maior que a inclusão da curva de Philips no debate keynesiano x monetarista dos anos 60. Ao ponto em que os tópicos relativos ao “lado da demanda” agregada podem ser sumariamente omitidos numa bastante completa resenha das questões atuais da

Macroeconomia como a de Gordon (1990), “simplesmente porque não estão no cerne do conflito entre as macroeconomias novo-keynesiana e novo-clássica” (p.1117).

Ora, o que pode significar um “keynesianismo” sem demanda? No caso, uma busca interminável de explicações, quase todas *ad hoc*, para uma supostamente essencial, para a consistência dessa teoria do “desequilíbrio” ou do “*non-market-clearing*”, *rigidez* nominal e/ou real de preços e salários. “Falhas de coordenação” e “falhas de mercado” passam a ser as questões centrais; “custos de *menu*”, contratos de salários e preços escalonados a intervalos fixos, mercados de clientela (preços definidos por *mark ups*) e a prevalência dos choques de custos específicos, de uma indústria sobre seus preços, além das inúmeras teorias de salários reais rígidos, são alguns dos tópicos estudados. Claramente, uma agenda microeconômica; segundo alguns críticos, algo precária mesmo nesses termos, por geralmente ignorar as complicações derivadas da interdependência dos mercados e dos *spillovers* de efeitos e de restrições que ela produz, o que requereria abandonar os modelos de equilíbrio parcial utilizados e/ou a suposição freqüente de que as imperfeições se limitem ao mercado analisado, sendo os demais perfeitos (*ibidem*, p.1138). Mesmo assim, uma agenda aparentemente excessiva, repleta de explicações teóricas não-relacionadas entre si, como lamenta um de seus expoentes (Blanchard, *apud* Gordon, *op. cit.*, p.1163). Uma busca frenética de “microfundamentos” cada vez mais distantes e menos articulados, em nome da suposta falta de consistência teórica de um paradigma macroeconômico que já não se sabe bem qual é, e que de toda forma parece cada vez mais microeconômico ... “Falhas de mercado” parece o único álibi realista para tamanho descaminho.

Cabe perguntar, no entanto, se a onipresença das “falhas de mercado” na agenda acadêmica e no discurso dos economistas politicamente menos conservadores (na maioria novos-

keynesianos) é garantia de um caminho válido, ainda que difícil, em nome do tipo de realismo que uma teoria keynesiana certamente requer para descrever os mercados de uma economia capitalista, e de que um modelo axiomático de equilíbrio geral jamais cogitaria. Dois motivos relevantes, pelo menos, fazem descrever nesse “programa de pesquisas macroeconômico”. Primeiro, um ponto metodológico crucial: se todas as questões centrais da operação dos mercados numa economia monetária, descentralizada - “de mercado” -, giram em torno da “falha do mercado”, ou dos mecanismos a ele atribuídos pela teoria econômica ortodoxa, não é melhor revê-la drasticamente? Será que a “falha” não é da teoria, que credita ao mercado “teórico” o que ele não faz (exceto nos mercados de leilão) - eliminar via preços os excessos da demanda ou de oferta - para em seguida debitá-lo à conta das “imperfeições” do mercado do mundo real? E sem aprofundar teoricamente essa questão, a macroeconomia continua distante do que o mercado de fato faz, na teoria como na realidade: concorrência (Schumpeter explicou muito melhor tudo isso).

Segundo, o traço paradigmático fundamental da teoria de Keynes - que os pós-keynesianos exaltam com ampla razão - é quase completamente alijado: as propriedades reais de uma economia monetária (não-neutralidade essencial da moeda). O pretexto habitual é a já comentada obsessão pelo “lado da oferta” agregada, mas o verdadeiro motivo parece estar ligado ao entranhado “monetarismo” dos macroeconomistas que protagonizam esse debate, formados sob a influência da demolição que a corrente novo-clássica, então hegemônica, promoveu nos mais variados escaninhos do edifício keynesiano. Tendo em mente sempre algum tipo de equação de trocas, ou no máximo um modelo IS-LM, como referência, esse gênero de macroeconomista só consegue imaginar a introdução de um efeito “real” da dimensão monetária da economia pela via da política monetária, ou de algo como o “sistema monetário afetando a oferta de moeda”; razão pela qual pode ser deixado de

lado, pelo menos temporariamente, enquanto os economistas mais talentosos continuam a sua interminável e casuística procura de novas “falhas” - quase sempre reais - dos mercados, cuja perfeição intrínseca parecia postulada pela teoria pura e axiomática ... do equilíbrio geral, um paradigma notoriamente não-monetário!

Em outros termos, não se dão conta que todas essas “falhas”, em algum aspecto essencial, são tributárias da propriedade intrínseca (para Keynes) de uma economia monetária de gerar efeitos reais (e desequilibradores), relacionados à impossibilidade teórica desses mercados de coordenar todas as decisões interdependentes e intertemporais. É sintomático desta deterioração do conceito keynesiano de uma economia monetária que a macroeconomia novo-keynesiana se mova, com a mesma liberdade de Lucas, num mundo em que o produto agregado nominal pode ser tomado como dado exogenamente, restando à teoria - se ainda sobrar alguma, mas a agenda deles é imensa! - explicar como a variação desse produto nominal se decompõe em variação de preços e do produto real. Se os preços forem rígidos - reza o notável truísmo aparente, mas de fato um erro lógico - qualquer variação do produto nominal afetará (*sic*, uma relação de causalidade!) o produto real, qualquer que tenha sido a causa primária da variação nominal, na oferta de moeda ou choques de variáveis de demanda agregada: consumo, investimento, etc. (cf. Gordon, *op. cit.*, p.1118). A tanto se reduz a teoria de Keynes de determinação endógena do produto agregado, tanto nominal quanto real, numa economia capitalista (e portanto monetária). A demanda efetiva se reduz a um detalhe irrelevante; os investimentos, apenas a um componente de demanda capaz de provocar “choques”; a própria demanda agregada nominal a um “dado”; sua determinação sofre uma total inversão lógica; a macroeconomia, finalmente, torna-se uma combinação obscura de econometria com alguns microfundamentos *ad hoc* das “falhas de mercado”.

12 texto para discussão - iei/ufri

. A “nova” teoria do crescimento econômico endógeno

Após longo recesso, em que os problemas macroeconômicos passaram a ser focalizados e formulados estritamente em termos estáticos, as teorias do ciclo e do crescimento voltaram à ordem do dia no *mainstream*. No primeiro caso, por meio das teorias do ciclo monetárias e reais (ou híbridas) elaboradas por Lucas e outros, acompanhando suas propostas teóricas; no segundo, com as chamadas teorias do crescimento econômico endógeno, com progresso técnico. A problemática é diferente, mas há importantes pontos em comum principalmente quanto aos pressupostos neoclássicos de equilíbrios com maximização; e, sob esse ponto de vista, divergem menos entre si do que das tradições que os precederam.

Os modelos de ciclo econômico **de equilíbrio** desenvolvidos nos anos 80 têm como principal representante o modelo de ciclo “real” de Kydland e Prescott (1982), na mesma perspectiva metodológica do modelo original de ciclo “monetário” de Lucas, de 1975, com quem compartilha a concepção de que os movimentos de flutuações cíclicas **não são** desequilíbrios micro e macroeconômicos, como nos modelos neo-keynesianos dos anos 40-60, mas movimentos continuamente de **equilíbrio**, no sentido de que ao longo deles os agentes maximizam e os mercados se equilibram (*markets clear*). Claro que essa é uma opção radical, mais metodológica que outra coisa, na própria conceituação do equilíbrio como expressão **direta** da racionalidade (substantiva) dos agentes, e em consequência do desequilíbrio como **impossibilidade** teórica (não necessariamente empírica); a respeito ver a excelente crítica de Vercelli (1991), parte II. A única diferença entre os modelos é quanto à natureza do “choque” exógeno; se monetário - quando uma política monetária errática provoca flutuações imprevisíveis no nível geral de preços, ou real - quando choques de produtividade, de origem tecnológica, produzem flutuações

imprevisíveis no nível de atividade; ou, no modelo mais recente de Lucas (1987), uma tentativa de síntese de ambos. Mas o mecanismo cíclico é proporcionado em qualquer caso pela adaptação racional ao choque por parte dos agentes, que maximizam e formulam expectativas racionais quanto ao comportamento futuro das variáveis, dados a tecnologia, as preferências e o ambiente, tratados como sujeitos a processos estocásticos estacionários e ergódicos. Em simultâneo, os mercados, supostos perfeitamente competitivos estão, por hipótese em equilíbrio geral.

O resultado é a completa inversão teórica em relação às mais variadas correntes de interpretação do ciclo econômico dos últimos 60 anos. Estas sempre o assumem como um processo de **desequilíbrio**; seja na sua origem e natureza (Schumpeter), seja em sua propagação, flutuando em torno de uma trajetória de equilíbrio móvel (Hicks e outros neo-keynesianos neo-clássicos) ou em torno de uma tendência que não representa necessariamente um equilíbrio (Goodwin, Kalecki). É verdade que esses modelos e teorias não tinham em geral "microfundamentos" explícitos, no sentido de carecerem de hipóteses claras sobre expectativas e funcionamento dos mercados; mas no geral são compatíveis com expectativas adaptativas e mercados imperfeitos, e portanto com um ambiente econômico não-estacionário e não-ergódico, e certamente não com expectativas racionais, mercados perfeitamente competitivos e equilíbrio geral - "microfundamentos" bem explícitos, e nem por isso mais aceitáveis, que a "revolução" novo-clássica impôs à "nova teoria do ciclo".

Já as novas teorias do "crescimento econômico endógeno" têm uma linha de continuidade mais clara com a tradição (neoclássica) das teorias do crescimento dos anos 50 em diante, desde o modelo original de Solow, passando pelos de Uzawa e Cass que introduzem otimização dinâmica, até os de Arrow e Sheshinski que incorporam aprendizado. Mas distanciaram-se inteiramente de todas as outras tradições do crescimento

econômico, progresso técnico e desenvolvimento não ortodoxamente neoclássicas - como a neo-keynesiana do crescimento (da mesma "família" que a de ciclo econômico), a neoschumpeteriana e, obviamente, a histórico-institucionalista. Isto por vários motivos, entre os quais o nível de abstração (necessário, talvez, ao formalismo excessivo), os supostos de otimização da trajetória e de maximização dos agentes - que fazem escolhas ótimas intertemporais -, o nível de agregação (como desde o modelo original de Solow) e o suposto de equilíbrio competitivo dos mercados. Apesar do evidente viés formalista e anti-realista (e até anti-institucional) envolvido nesse enfoque, o peso esmagador do *mainstream* re-entronizou a teoria do crescimento, "agora" endógeno (como se não o fosse nas **outras** tradições, **sem exceção!**), como um tema digno e relevante para a ciência econômica, desde que o artigo original de Romer (1986) se difundiu, **neste** formato teórico e modelístico; e é fatalmente nele, e só nele, que os jovens economistas com PhD nos E.U.A. pensam hoje quando se faz menção a crescimento econômico endógeno com progresso técnico ...

Não há dúvida que endogeneizar, num modelo teórico, o crescimento econômico pela incorporação de progresso técnico (e aprendizado) é uma agenda nobre para as melhores tradições teóricas, desde o século passado. O problema é a superficialidade com que isso é feito e a camisa de força em que é enquadrado.

Com efeito, note-se que o critério pelo qual os modelos de crescimento atuais são considerados "endógenos" por seus autores - em contraposição, por exemplo, aos modelos de crescimento "exógeno" de Solow e Arrow, entre outros - é que nestes últimos a taxa de crescimento do produto resulta determinada por variáveis como a taxa de crescimento da população, da produtividade da mão-de-obra e de outros fatores técnicos, que não são objeto de decisão (e preferência) dos agentes. Romer e outros destacam em seus modelos que tal endogeneização é obtida mediante a hipótese de rendimentos

crecipientes do conhecimento (tecnológico), mesmo sob rendimentos constantes dos fatores, mas sob rendimentos decrescentes da pesquisa que gera conhecimento (para que o modelo gere solução ótima com horizonte infinito). No entanto, como ressalta Solow em sua excelente resenha desses modelos (1992), não bastam rendimentos crescentes para que a taxa de crescimento do produto torne-se endógena; a condição é mais restritiva (aliás, Romer (1986), p.1015, também nota isso). Após resenhar numerosos modelos, conclui (pp.33 e 40) que tanto os modelos que assumem acumulação endógena de capital humano - como o de Lucas (1988) - quanto os que assumem diretamente retornos crescentes da tecnologia e retornos não-decrescentes do capital - como o de Romer (1986), entre outros - têm em comum, para gerar taxas de crescimento endógenas (dependentes das decisões dos agentes), a ausência de retornos decrescentes sobre os fatores que são acumulados - tipicamente, capital (inclusive capital humano). No caso do modelo mais recente de Romer (1990), isso é obtido, de forma mais sofisticada, pela variedade crescente de bens de capital; nesse, como no modelo anterior (1986), o efeito das hipóteses de acumulação tecnológica sobre a ocorrência de rendimentos crescentes do capital é muito forte (como assinala Solow (1992), pp.29 e 43).

A conclusão não deixa de ser irônica: estamos de volta aos modelos fundadores de Harrod-Domar, que assumiam implicitamente funções de produção com retornos constantes (também com coeficientes fixos e por isso não eram modelos estritamente neoclássicos; mas isso não vem ao caso agora), e em consequência com taxas de crescimento endógenas, dependentes da propensão a poupar. Como diz Solow (1992), “é bastante espantoso (...), a literatura moderna é em parte exatamente um modo muito complicado de disfarçar o fato de que está voltando a Domar, e como em Domar, a taxa de crescimento torna-se endógena”(p.18).

Só que não é, de fato, um retorno; não apenas pela hiperformalização, que faz parecer o modelo de Domar um rascunho

de uma vaga idéia não desenvolvida, para os padrões contemporâneos; mas pela impressionante uniformidade metodológica dos modelos contemporâneos do *mainstream* em sacrificar a complexidade do objeto real pela supostamente necessária complicação formal que lhes dá aparentemente *status* científico. A tendência é tão forte e onipresente que exemplos seriam desnecessários; e surge avassaladora nas diferentes correntes aqui discutidas. Tomemos só uma ilustração, um tanto ao acaso: por que a insistência em assumir mercados perfeitamente competitivos, hipótese tão obviamente irreal? Tudo indica que é para obter soluções ótimas e únicas, seguindo assim os cânones ortodoxos, que asseguram a suposta inteligibilidade científica ... e a sua própria reprodução, indefinidamente. Assim, Romer (1990) gasta 3 páginas para justificar que a acumulação voluntária de conhecimento (P&D) e a mudança tecnológica devem gerar retorno diferenciado para seus proprietários (apropriabilidade da tecnologia) e, portanto, algum grau de monopólio e de poder de mercado, como já havia sido explicitado por Schumpeter ... (p.S78). De outro lado, em sua conceituação do ciclo econômico, Lucas (1981) admite que seria preferível supor mercados não perfeitamente competitivos, mas isso não é possível para obter soluções determinadas, dadas as preferências individuais e a tecnologia, no atual estágio das técnicas de modelagem (p. 290; *apud* Vercelli (1991), pp.141-2).

Nesse descaso geral com qualquer dose maior de realismo que complique ainda mais modelos já suficientemente complicados, o pior talvez seja a profunda banalização de temas que, fora do *mainstream*, há muitas décadas vêm merecendo um tratamento cuidadoso, sério e **científico** (por que não?). É o caso, principalmente, nesse âmbito da dinâmica econômica, do **progresso técnico**, de sua origem e dos seus impactos. Como diz candidamente (não sem alguma ironia) Solow (1992), uma possibilidade de tratar o crescimento econômico como endógeno é ... “ter de fato uma teoria das inovações. Em outras palavras (...) por uma teoria da pesquisa, desenvolvimento, ou algo desse

tipo”(p.18). Ou, nos termos de Vercelli (1991), referindo-se aos modelos de “ciclo econômico real” (RBC): “(...) é surpreendente que a natureza exata dos chamados 'choques de tecnologia' não tenha sido até agora esclarecida, apesar do papel crucial de 'primeiro motor' dos ciclos econômicos que lhes foi atribuído pelos teóricos do RBC. O que é chamado de 'choque de tecnologia' são de fato simplesmente choques de produtividade”, com o que a **causa** real dos ciclos permanece inexplicada (pp.173-4). Com o agravante de que esses modelos - como, de resto, os de crescimento endógeno - são agregados, ao passo que, seguindo Schumpeter, “a essência da mudança tecnológica só pode ser captada deslocando a atenção para modelos desagregados” (*ibidem*).

Tanta preocupação com os “microfundamentos”, para chegar a tal retrocesso teórico! Claro, o nível “micro” tão decantado nada tem a ver com uma incorporação rigorosa - e **portanto** realista - de decisões dos agentes, empresas, mercados e indústrias; mas meramente com o equilíbrio dos mercados competitivos e a **maximização** das utilidades dos agentes **individuais** (e dos lucros das firmas), sendo qualquer agregação subsequente aceitável - inclusive a suposição, generalizada em quase todos esses modelos, de “agentes representativos”, porque replicáveis em “equilíbrio competitivo”. Está-se no pior dos mundos: nem micro, nem macro, nem mesmo dinâmica no sentido forte; só maximização intertemporal agregada.

O estreitamento dos parâmetros científicos e sua repercussão sobre a pesquisa e o ensino

A rápida resenha precedente deu destaque criticamente ao que denominamos os dois pilares do método neoclássico, que sustentam a recente extensão de suas fronteiras - o apego à racionalidade maximizadora (substantiva) dos agentes e o pressuposto de que só situações de equilíbrio são teoricamente relevantes; ambas tomadas como aval indispensável de

cientificidade. Entretanto, as tendências teóricas e de pesquisa que hoje prevalecem na ciência econômica não se limitam a reafirmar e fortalecer aquelas bases metodológicas que, bem ou mal mantiveram-se no essencial intactas por mais de um século de controvérsias, percalços e depurações, testemunhando hoje o sucesso acadêmico, a vitalidade expansionista e a absoluta hegemonia da corrente de pensamento que se erigiu sobre elas. Afinal, a capacidade de retomar temas quase abandonados e até de explorar temas muito distantes (imperfeições de mercado, estratégias, racionalidade limitada) a princípio não depõe contra um programa científico de pesquisas. O problema mais sério é outro: a **forma** cada vez mais **restritiva**, ao longo dos últimos 20 anos - em grande parte devido à revolução conservadora novo-clássica -, com que se aplicam tais princípios metodológicos na formulação das hipóteses teóricas e respectivos pressupostos e na construção de modelos.

Esquemáticamente, pelo menos três tendências desse tipo se destacam e se realimentam mutuamente: a formalização crescente, com o uso compulsório e excludente de métodos e linguagem matemática e econométrica, crescentemente sofisticados; a aplicação também compulsória e excludente, porém mais restritiva do que nunca, da noção de equilíbrio competitivo aos agentes e aos mercados, invocada de modo axiomático e empregada de modo quase tautológico; e a utilização sistemática, com exceção de uma ou outra excursão aventureira da teoria dos jogos, do princípio da otimização, tanto individual como social, como expressão de racionalidade, e portanto, de possibilidade de tratamento científico. É bastante provável que a agenda teórica novo-clássica, independentemente do maior ou menor sucesso posterior de algumas de suas teses específicas, seja a responsável principal por tal situação, e nesta medida tenha sido amplamente vitoriosa - e não só na macroeconomia. Pelo menos a introdução da econometria e da análise de processos estocásticos no centro da teoria econômica, com o uso compulsório de modelos formais quantificados, ao

lado dos pressupostos axiomáticos explicitamente assumidos de *market clearing* (identificado com o equilíbrio competitivo) e **agentes** racionais **maximizadores** na base de **toda** e qualquer proposição teórica, macro ou microeconômica, são obra sua.

A formalização crescente

A incorporação das técnicas estatísticas e econométricas no “*hard core*” do *mainstream* são um efeito, já consagrado e talvez irreversível, da revolução novo-clássica. O incômodo do excesso de abstração dos modelos em relação ao mundo real - até pela pressuposição sistemática de concorrência perfeita nos mercados, por exemplo -, acompanhado do excesso de agregação - basta lembrar que todos esses modelos assumem “agentes representativos” para não complicar demais a análise (e quem sabe proporcionar resultados indesejáveis) - pode assim ser atenuado pelo reconhecimento de que a complexidade da economia do mundo justifica, metodologicamente (e não *ad hoc*), tratá-la como um ambiente sujeito a processos estocásticos. O que não impede supor que as variáveis relevantes seguem processos estacionários e ergódicos, de modo a assegurar a previsibilidade estatística e a compatibilidade com o pressuposto de equilíbrio geral **continuamente** repostos, como que nos fundamentos subjacentes da economia real - como por exemplo em Lucas (1981), pp.218ss.

A insistente busca de “microfundamentos” baseados rigidamente em equilíbrios competitivos obtidos por otimização - como se fosse imposição do próprio método científico à Economia - levou, por sua vez, a uma difusa preocupação crescente entre os economistas em definir com maior rigor formal as condições de equilíbrio e os respectivos pressupostos teóricos. Os antigos teoremas de equilíbrio geral competitivo de Arrow-Debreu e seus sucessores, então mantidos como que numa linha paralela de pesquisa, abstrata, axiomática e “pura”, foram retomados e aprofundados: as condições de existência, unicidade

e (até certo ponto) estabilidade reestudadas e ensinadas com empenho nos cursos de Economia - afinal, esse é o *hard core* do paradigma científico vitorioso e revigorado pela derrocada do “keynesianismo”, com seu realismo “*ad hoc*” e vícios.

A Microeconomia não tardou a ser profundamente contaminada pela nova ortodoxia e pelos novos itens da agenda, reforçando a análise da escolha ótima dos agentes, com os seus requisitos matemáticos de maximização estática condicionada; e incorporando as teorias da escolha sob “incerteza” (na verdade, risco), com os seus requisitos de cálculo de probabilidades. As referências ao equilíbrio geral, e com ele incorporando sua maior ênfase implícita na teoria do consumidor e suas preferências convexas, engordou esses itens nos manuais modernos de Microeconomia, em detrimento da teoria da firma, da produção e dos mercados - por sua vez, também consideravelmente axiomatizada, por simetria com o “lado da demanda”.

A Macroeconomia como disciplina, e conseqüentemente seu ensino (especialmente em pós-graduação), foi provavelmente quem mais sofreu os efeitos desse “choque de oferta” anti-keynesiano e “microfundado” na otimização das escolhas e no equilíbrio geral competitivo. Há quem ironize que, se a Microeconomia se matematizou, a Macro virou Micro ... Não por falta de uso de agregados - ao contrário; mas pela ênfase generalizada - tanto via novos-clássicos como via novos-keynesianos - nos procedimentos individuais de maximização, nos pressupostos de equilíbrio de mercados (gerais ou parciais); e na análise *ad hoc* das imperfeições de mercado. No plano formal, o estudo e debate dos teoremas novo-clássicos passou a supor um domínio aprofundado da análise de processos estocásticos e da construção e teste de modelos econométricos; e o domínio mínimo das questões da agenda contemporânea passou a requerer o conhecimento não só do instrumental mais formalizado da Microeconomia atual, como inclusive - à medida que as trajetórias macroeconômicas e as teorias de crescimento endógeno ganham terreno - das técnicas matemáticas de

otimização dinâmica, ou da chamada teoria do controle ótimo. Hoje, as demandas sobre a formação quantitativa do economista, tanto em graduação como em pós-graduação, provêm em medida equivalente - ao contrário do passado não muito remoto - da Macro como da Microeconomia.

Num relatório mais importante do que divulgado sobre o atual estado do ensino de Economia em pós-graduação nos E.U.A., elaborado por uma comissão de notáveis do *mainstream* indicada pela American Economic Association e relatado por Anne Krueger (1991), são feitas considerações e análise sobre este tema específico, entre outros, que apontam sintomas preocupantes de deterioração lingüística, intelectual, de criatividade e de informação em Economia por parte do estudante médio, detectadas inclusive pelo mercado de trabalho. Pelo menos em parte, são debitáveis a programas sobrecarregados de formação matemática; demasiado focalizados nos cursos básicos (Macro, Micro, disciplinas quantitativas e instrumentais), com decorrente espectro limitado de questões econômicas; e excessivamente homogêneos, com muito pouca diversidade de enfoques e de temas nos currículos.

Este último aspecto é particularmente importante para a presente discussão, porque sinaliza que mesmo nos E.U.A., entre universidades que constituem a "nata" do *mainstream*, a tendência atual à homogeneização dos enfoques e à supressão do pluralismo no método, nas premissas, no instrumental e no ensino da ciência econômica alcançaram um ímpeto preocupante para os profissionais mais graduados do próprio meio acadêmico daquele país. O que dizer de países de menor tradição acadêmica? Estão sujeitos a repetir, ainda que com retardo e por mimetismo, por sucessivas levas de jovens PhDs que geralmente não têm outras referências sólidas, o mesmo percurso; e isto vale para países europeus, não só para países em desenvolvimento. Ainda que a profissão como um todo se deixe contaminar mais lentamente que a academia, o estrago já está feito na base de formação profissional e intelectual.

É preciso ressaltar, como faz o referido relatório, que o peso excessivo (em termos relativos) da formalização na estrutura curricular e na identidade intelectual e profissional pode causar deformações: primeiro, porque se dá em detrimento da necessária pluralidade de aplicações, de enfoques, de especialidades. Segundo, acrescente-se, porque induz fortemente, e talvez irreversivelmente para um jovem e promissor estudante, à crença acrítica na elegância e simetria dos conceitos, na clareza da demonstração lógico-dedutiva dos resultados e na potência aparente dos instrumentos, como valores intrínsecos de toda ciência, e da ciência econômica em particular. Contradições; conflitos; racionalidade limitada e não-maximizadora; comportamentos não individualistas, coletivos e convencionais; expectativas adaptativas e com inércia; incerteza; surpresa potencial; instituições não-mercado; trajetórias dinâmicas não apenas não determinísticas, mas indeterminadas; situações ampla e sistematicamente fora do equilíbrio - são relutantemente aceitas como até possíveis (nem todas e nem sempre) no mundo real, mas não no sagrado recinto da ciência econômica. Como na velha tese de Friedman sobre método, a que muitos economistas do *mainstream* fingem dar de ombros, o realismo só tem a ver com o teste da aplicação empírica da teoria, e não com sua formulação (suas "assumptions"); nas palavras secas e sugestivas de Lucas (1981), "uma teoria não é uma coleção de assertivas sobre o comportamento da economia real, mas um conjunto explícito de instruções para construir um sistema análogo paralelo, uma economia mecânica, de imitação"(p.272) O modelo, definitivamente, toma o lugar da teoria.

. O equilíbrio axiomático e (quase?) tautológico

Não é esse o espaço para discutir com um mínimo de profundidade um conceito tão complexo, e tão importante na ciência econômica, quando o de equilíbrio. A intenção é somente

destacar um uso surpreendente que ele tem recebido a partir dos postulados metodológicos de Lucas que, se não é inteiramente generalizado, aponta uma tendência identificável no *mainstream* de desconsiderar liminarmente, por irrelevância científica, a possibilidade de desequilíbrios sistemáticos como parte do objeto da ciência econômica. Nesse ponto, a distinção proposta por Vercelli (1991), cap. 2, entre conceitos sintáticos e semânticos de equilíbrio, é muito esclarecedora.

A noção de equilíbrio adotada usualmente por Lucas (1981) se enquadra na definição sintática, isto é, tal que o equilíbrio corresponde a uma solução matemática (portanto lógica) de um sistema de equações simultâneas do modelo econômico considerado, e o desequilíbrio portanto a uma impossibilidade lógica; logo, não surpreende que ele seja sequer cogitado seriamente (ver Vercelli, *ibidem*, p.151). Em outras passagens parece haver uma conotação semântica, reduzida a uma situação na qual “nada muda no sistema”, ou de repouso. Segundo Vercelli, uma conceituação semântica de equilíbrio mais útil de que esta vê o sistema econômico em questão como caracterizado pela **ausência** de um processo dinâmico **endógeno**, isto é, persistente mesmo quando o sistema for isolado do ambiente (cap. 2, p.12); o que nada tem a ver com “repouso”, mas resulta de uma concepção **dinâmica**, na qual o equilíbrio representa uma eventualidade particular da trajetória do sistema.

Mesmo sem precisar o exato sentido que dá ao equilíbrio, tão essencial em sua teoria, Lucas dá uma pista importante, até por sinalizar uma conotação que é muito forte no seu uso pelo *mainstream* contemporâneo, ao distingui-lo do desequilíbrio por um critério de **condição de inteligibilidade** dos processos econômicos (Vercelli, *ibidem*, p. 153). O desequilíbrio é ininteligível no sentido de arbitrário, *ad hoc*; por não cumprir os pressupostos contidos nos **fundamentos** racionais, isto é, maximização da utilidade e *market clearing*. Como não é desenvolvida uma argumentação metodológica convincente,

como seria necessário nesse caso, a opção parece essencialmente apriorística, fundada no próprio método adotado, e não teórica, confrontando diferentes alternativas.

Um exemplo usado por Vercelli é a rejeição por Lucas (e muitos outros neoclássicos “fundamentalistas”) da noção keynesiana de equilíbrio com desemprego involuntário. Para ele, por definição, só pode ser um desequilíbrio, se “involuntário” em algum sentido; ou é voluntário, e nesse caso não é desequilíbrio (o salário nominal é rígido, por exemplo), ou é uma noção contraditória, sem sentido. Para Keynes, ao contrário, pode ser um equilíbrio no sentido usual de repouso, ou ainda no sentido mais elaborado proposto por Vercelli, porque não gera qualquer movimento endógeno no sistema (Keynes não admite uma curva de oferta de trabalho, nem supõe que os trabalhadores ajustem otimamente sua escolha entre trabalho e lazer a cada momento em que muda o salário real - por exemplo, por variação de preços). Mas ao mesmo tempo é involuntário, tanto no sentido de que o trabalhador **não decide** o nível de salário real ao qual poderá oferecer trabalho, porque este valor só pode ser conhecido *ex post* (esta é a razão básica pela qual uma função de oferta de trabalho, ao contrário da oferta de produtos, definida nos moldes convencionais, não tem sentido); como no sentido de que, a um **dado** salário nominal - o efetivo objeto de barganha e de contrato - e frente a uma dada demanda esperada pelo produto, os empregadores não empregarão necessariamente a totalidade da oferta de trabalho existente. Ou seja, o eventual excesso de oferta não será absorvido àquele salário nominal e o mercado de trabalho não será “*cleared*”, o que não implica necessariamente desequilíbrio no sentido dinâmico, se não desencadear efeitos intertemporais endógenos; e no sentido estático, simplesmente porque todos os mercados de produtos podem estar em equilíbrio (casualmente, é verdade; Keynes não impõe o equilíbrio como necessidade lógica), enquanto no mercado de trabalho ele nem é

definido, pois não há curva de oferta, comparável com a de demanda (com o mesmo salário real como argumento da função).

Certamente há no *mainstream* várias outras conceituações, mais matizadas, de equilíbrio. A preocupação aqui expressa é que a predominância, generalizada pelo *mainstream*, de noções fundamentais como as descritas acima podem chegar às vezes muito próximo da tautologia: se um agente transacionou um bem ou serviço, foi porque quis; logo, foi voluntário e racional; logo, é um equilíbrio individual; logo, por agregação o mercado deve estar sempre em equilíbrio; o que é extensivo a todos os mercados, independentemente de eventuais imperfeições e poder de mercado. O *market clearing* passa a ser uma exigência lógica da teoria, em lugar de uma possibilidade nem sempre cumprida, dependendo inclusive de fatores institucionais, como as normas de funcionamento do mercado, se o produto é perecível ou não, etc. Nem mesmo é óbvio que um mercado hipotético perfeitamente competitivo (isto é, *price taker* e a custo marginal) esteja sempre em equilíbrio de *market clearing*, pois a incerteza também está presente nesses mercados; as expectativas dos produtores podem ser frustradas no período de mercado, e estes obrigados a operar fora da sua curva de oferta de curto prazo, praticando preços fora do nível esperado, com lucros (ou prejuízos) imprevistos.

Em suma, esse é um tema complexo demais para ser tratado como um artigo de fé metodológica ou uma petição de princípio. Equilíbrio e desequilíbrio são muito importantes para a teoria e a análise econômica, porque opções em relação a eles podem gerar efeitos diametralmente opostos. Um dos desafios teóricos mais relevantes e instigantes em dinâmica hoje - e não só em dinâmica econômica - refere-se a trajetórias fora do equilíbrio. Economistas não neoclássicos, de extração neoschumpeteriana, pós-keynesiana e institucionalista, têm-se voltado com interesse para essas questões, cujo potencial para a análise de trajetórias econômicas mais próximas do mundo real

ainda está sendo investigado, mas é muito promissor. Seria profundamente lamentável e injusto que a habitual arrogância do *mainstream* em lidar com as diferenças, ao lado do poder de que desfruta, deslocassem todo um fértil terreno de investigação teórica de fronteira para o plano do "ininteligível" ou do "arbitrário" por critérios metodológicos apriorísticos e obscuros - no fundo, eles sim, arbitrários ao postularem que o mundo econômico que eles pretendem estudar - apenas porque acham que é a única forma de estudá-lo "cientificamente" - só pode ser descrito por processos estocásticos ergódicos e estacionários; e que, por isso, não tem incerteza "forte" (a respeito, ver Vercelli, op. cit., pp.154-5).

. *A maximização como critério da racionalidade*

São conhecidas as críticas de Simon à racionalidade maximizadora ("substantiva", segundo ele), difundida e elaborada por uma legião de autores (ver a respeito o próprio Simon, 1979). Em resumo, são dois os aspectos que limitam ou restringem a racionalidade do agente - contra a sua vontade, diga-se: a **incerteza** a respeito dos acontecimentos futuros, que certamente compõem parte essencial de sua função objetivo (lucros, por exemplo), e a **complexidade** cognitiva, para identificar as informações relevantes, e computacional, para processá-las em tempo e custo hábeis; daí a noção substituta de racionalidade "**limitada**" ("*bounded*") ter sido proposta e depois substituída pela de racionalidade "**processual**" ("*procedural*").

O *mainstream* conhece perfeitamente, e até certo ponto respeita, esse enfoque alternativo; há várias evidências disso (uma das quais, a mais significativa, é a concessão de um prêmio Nobel ao autor). No entanto, a noção de racionalidade limitada não consegue ultrapassar, para o *mainstream*, o *status* de algumas referências de passagem, ainda que respeitadas e interessadas, nos melhores livros-textos de Microeconomia e Organização

Industrial para estudantes de pós-graduação. Qual o motivo desse interesse "limitado"? Embora incorporando uma incerteza "forte" e uma complexidade ausente dos modelos microeconômicos neoclássicos, a proposta de Simon nem exclui a racionalidade - supõe que os agentes "tentam comportar-se racionalmente, mas o fazem apenas de forma limitada", como lembra Kreps (1990a, p.151) - nem mesmo a maximização da função objetivo como intenção primária, prejudicada por condições adversas que acabam por acomodar o agente numa posição sub-ótima, "satisficing" no neologismo do autor. O próprio raciocínio que leva à posição "satisficing" é, no fundo, um tradicional exercício: comparar o custo marginal de completar (incerteza), depurar e interpretar (complexidade cognitiva) informações e calcular (complexidade computacional) o ótimo exato, com o respectivo benefício marginal (lucro líquido marginal decorrente).

O problema é o transtorno potencial radical que essa concepção alternativa traria para a determinação unívoca das decisões racionais dos agentes. Incerteza "forte" e complexidade geram não uma, mas várias possíveis soluções sub-ótimas, "satisficing" ou o que seja. Abre-se espaço para diferentes alternativas racionais de comportamento dos agentes, e em particular das empresas, ao longo do tempo; em uma palavra, para **estratégias**, no sentido forte. Não o utilizado pela teoria dos jogos, que pode reduzir-se a um único período e de uma vez por todas, mas o empregado no mundo real, a partir de cenários, por empresas, pelos administradores e pelos engenheiros de produção: uma seqüência temporal de decisões antecipadamente articuladas em torno de uma dada linha de ação e de expectativas (Vercelli, op. cit., cap. 5 desenvolve importantes resultados a respeito). Como muitas "soluções" (estratégias) são possíveis, é fácil imaginar a complicação teórica e analítica que isso provoca para a pretensão científica **preditiva**, mesmo que não determinística, do *mainstream*. Em consequência, fecha-se questão na obtenção de soluções **ótimas, unívocas e previsíveis**;

na crucial importância metodológica que tais pressupostos encerram, sem exceção, em todo o edifício teórico neoclássico.

Levar a sério expectativas em todo e qualquer modelo econômico é uma contribuição inegável da corrente novo-clássica, já devidamente incorporada ao *mainstream*, hoje. Levar a sério a incerteza contida inevitavelmente nessas expectativas, se o mundo econômico capitalista **não é** em princípio e em geral - à luz de toda evidência histórica e empírica - ergódico e estacionário, é uma contribuição de Keynes e de uma longa e respeitável linhagem de economistas não-ortodoxos (em diferentes graus), de pós-keynesianos a institucionalistas e neo-schumpeterianos, que só conseguem falar entre si e jamais são ouvidos, que dirá levados a sério, pelo *mainstream*. Por que? Recusam-se ao diálogo? Não parece. Num misto de intolerância, auto-suficiência regada a formalismo pretensioso e arrogância, os guardiães da ciência postulam que nada disto é científico. Até porque, pela exigüidade das correntes "marginais" - e pela enxurrada do *mainstream* que as tem assolado ultimamente - estas não conseguem gerar massa crítica de modelos formalizados para serem aceitos como "ciência"; e também porque esses modelos, de qualquer forma, tendem a ser ainda mais complicados que os neoclássicos, pela ausência das simplificações e agregações habituais e por não recorrerem, ao menos em princípio, a procedimentos de otimização e outros que permitem a obtenção de soluções analíticas. Mais freqüentemente, modelos não-ortodoxos, mesmo quando muito simples e lineares, só obtêm solução por simulação, e não soluções analíticas. Sem contar a esmagadora cooptação dos melhores cérebros de alunos "bem-comportados." Não admira, assim, a desproporção de resultados teóricos, modelísticos e empíricos das diferentes correntes.

Conclusão

O movimento caudaloso e extensivo brevemente descrito aqui talvez não seja irreversível, porque parte dele é modismo e os modismos vão e vêm. Talvez não seja tão pernicioso para um futuro não risível da Economia como ciência, porque algumas de suas extensões (algumas aplicações de teoria dos jogos e algumas hipóteses de *market failure* por exemplo) são interessantes e até potencialmente incômodas para a ortodoxia (múltiplos equilíbrios, imperfeições, racionalidade limitada, ausência de equilíbrio determinável). Mas é assustador pelo triunfalismo conservador, arrogância e quase total desprezo pelo pluralismo que ele exhibe.

Nem mesmo se sustenta o crivo político, em outra época tão usado, até emocionalmente, pelos mestres críticos para conter o adesismo dos seus bons estudantes influenciáveis pela elegância acadêmica e ... pelos empregos atraentes. Hoje o que restou da “esquerda”, em sua ala jovem, está repleta de um estranho *mix* de conservadorismo mental, ortodoxia analítica e desejo de distribuir renda e defender os pobres ... desde que se flexibilize o mercado de trabalho e o corporativismo sindical pare de impedir que os trabalhadores racionais, maximizando sua utilidade, façam sua escolha ótima entre trabalho e lazer a cada salário real. A esquizofrenia só não é maior porque sempre há quem desconfie que as “instituições”, afinal, infelizmente existem mesmo, e atrapalham a aplicação dos modelos teóricos puros.

Aos poucos não-*mainstream* que sobram, em geral não tão jovens - até porque não fica bem entregar os pontos depois de uma certa trajetória de vida, a não ser para abandonar a atividade acadêmica e dedicar-se a projetos mais rentáveis - só resta, como sempre, resistir. Hoje é mais difícil porque a pressão e o isolamento são maiores. Mas a permanente busca de consistência interna entre as diversas correntes não-*mainstream*, sem perder o diálogo permanente com este, é o passo fundamental: construir aos poucos uma identidade que sistematize e aprofunde os elementos comuns, respeitando e dialogando quanto às diferenças.

Esse é o ponto de partida para reconstruir uma heterodoxia consistente, pluralista e com uma agenda comum convergente, o que deixou de existir desde o início dos anos 70. Já há sinais promissores nessa direção acontecendo nos principais pólos de referência internacionais. É mais que tempo de fazermos o mesmo, inclusive integrados, na medida do possível, a esses pólos.

Referências Bibliográficas

- GORDON, R. (1990). "What is New-Keynesian Economics?" Journal of Economic Literature, 28, set.
- KREPS, D. (1990a). Game Theory and Economic Modelling. Oxford, Clarendon Press.
- KREPS, D. (1990b). A Course in Microeconomic Theory. Princeton, Princeton Univ. Press.
- KRUEGER, A. (org.) (1991). "Report of the Commission on Graduate Education in Economics". Journal of Economic Literature, 29, set.
- KYDLAND, F. & PRESCOTT, E. (1982). "Time to build and aggregate fluctuations". Econometrica, 50.
- LUCAS, R. (1981). Studies in Business Cycle Theory. Cambridge, Mass., MIT Press.
- LUCAS, R. (1987). Models of Business Cycles. Oxford, Basil Blackwell.
- LUCAS, R. (1988). "On the mechanisms of economic development". Journal of Monetary Economics, 22.
- ROMER, P. (1986). "Increasing returns and long run growth". Journal of Political Economy, 94.
- ROMER, P. (1990). "Endogenous technological change". Journal of Political Economy, 98.
- SIMON, H. (1979). "From substantive to procedural rationality". In: HAHN, F. & HOLLIS, M. (eds.) Philosophy and Economic Theory. Oxford, Oxford Univ. Press.
- SOLOW, R. (1992). Siena Lectures on Endogenous Growth Theory. Univ. Siena.
- VERCELLI, A. (1991). Methodological Foundations of Macroeconomics: Keynes & Lucas. Cambridge, Cambridge Univ. Press.

Últimos textos publicados

326. Guimarães, Eduardo Augusto. A experiência recente da política industrial no Brasil: uma avaliação. Rio de Janeiro, 1995. (39 pág.)
325. FIORI, Jose Luis. Espelho, espanhol de FHC. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (16 pág.)
324. FIORI, Jose Luis. Sobre o consenso de Washington. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (39 pág.)
323. SABOIA, João. Mercado de trabalho metropolitano no Brasil: diferenciação, evolução e perspectivas. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (31 pág.)
322. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Explorations into the concept of liquidity preference. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (44 pág.)
321. STUDART, Rogério. The efficiency of the financial system to development. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (22 pág.)
320. GONÇALVES, Reinaldo. Transformações globais, empresas transnacionais e competitividade do Brasil. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (44 pág.)
319. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Sorting the issues out: the two debates (1936/37, 1983/86) on Keynes's finance motive revisited. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (32 pág.)
318. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Independence of central banks: a critical assessment of the arguments. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (14 pág.)
317. GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Indicadores do desempenho econômico das instituições privadas de ensino. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (22 pág.)

123456789